


JUNTOS

pelo
Brasil
que
queremos.



Diretrizes para Programa
de Governo da candidatura
de Marina Silva para a
Presidência da República.

Convocação

Chegou a hora de acreditar que vale a pena, juntos, criarmos um grande movimento para que o Brasil vá além e coloque em prática tudo aquilo que a sociedade aprendeu nas últimas décadas, experimentando a convivência na diversidade, a invenção de novas maneiras de resolver problemas solidariamente, indo à luta à margem do Estado para defender direitos, agindo em rede, expandindo e agregando conhecimento sobre novas formas de fazer, produzir, gerar riquezas sem privilégios e sem destruição do incomparável patrimônio natural brasileiro.

Chegou a hora de encarar as revoluções que o Brasil precisa fazer para não correr o risco de andar em círculos, evitando com isso, a tentadora acomodação de se satisfazer com pouco e achar natural ter tudo pela metade. É a principal revolução, inadiável pelas injustiças em cadeia que sua falta provoca, é a da Educação de qualidade para todos. Prioridade das prioridades, não pode mais ser vista apenas como um grande programa. É a virada do país, é o jogo de vida no qual temos que vencer pela persistência, pelo envolvimento da nação inteira, sob a liderança integralmente comprometida do Estado. Sem truques, sem desculpas, sem mais demora.

Chegou a hora dos que querem viver num país melhor reinventar o seu futuro no século XXI, deixando para trás o século XX, com seus equívocos e trazendo dele as lições para mudar de patamar, com compromisso, cuidado e ousadia, técnica e coração, conhecimento e vontade, realismo e sonho.

Chegou a hora de aproveitarmos juntos a oportunidade que as eleições de 2010 nos oferecem de abrir espaço para um Brasil represado que quer e pode abrir as comportas de sua vontade de participar da vida política com alegria, motivação, criatividade e ânimo. Ir além dos limites impostos pela falta de grandeza dos interesses e costumes de alguns grupos políticos que se acomodaram à lógica do poder pelo poder, que se tornou incapaz de assumir plenamente os desafios do presente, expressos na crise ambiental que fragiliza a natureza e ameaça contingentes humanos cada vez maiores.

Esta candidatura deve ir além da disputa pela presidência. Precisa ser uma convocação para unirmos nossos saberes e nossas forças a fim de construirmos o Brasil que queremos. A maior emoção que sinto agora, quando assumo nesse movimento o lugar de candidata à Presidência da República, é a de fazer parte deste processo, tendo a profunda convicção de que este caminho só nos levará a um bom lugar, se aberto e trilhado por todos nós, no tempo, na forma e no passo de cada um.

Chamo a sociedade brasileira para mobilizar sua criatividade, seu empreendedorismo, para se articular em seus segmentos, propor debates e apresentar propostas que se agreguem numa visão coletiva do país, para que dela possa emergir concreto, traçado e planejado o nosso sonho de um Brasil estável, próspero e ambientalmente responsável, livre e justo, seguro e pacífico, solidário com todos os seus cidadãos e capaz de lhes garantir os direitos fundamentais.

Este é o Brasil potência que queremos apresentar ao mundo. Este é o Brasil talhado para liderar os esforços globais na transição para uma economia sustentável e uma sociedade mais solidária.

Convido a todos para se envolverem agora, mas para um projeto de longo prazo, que necessariamente irá muito além do período de um governo. No entanto, este é um projeto que não pode ser adiado e precisa começar já. Temos a urgência das carências nacionais, do tempo global, da necessidade de não deixar cair no vazio as conquistas já alcançadas.

O

Brasil que temos



1. O Brasil que temos

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

23

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

17/10/2009

O Brasil que chega às eleições de 2010 é um vencedor. Em 25 anos, desde o final do período autoritário, avançou no essencial. Recompôs-se como nação democrática a ponto de podermos dizer hoje, com segurança, que não retroagiremos. A sociedade civil deu o rumo; fazendo com que a Constituição de 1988 o refletisse consistentemente, recriando a relação dos cidadãos com o Estado por meio de instrumentos garantidores de liberdade individual e estimuladores da ação coletiva, em defesa do interesse público.

A nossa autoestima aumentou. As instituições se consolidaram. Os sucessivos governos, sobretudo nos últimos 16 anos, deram contribuições importantes e corrigiram algumas distorções históricas. Conquistamos estabilidade econômica. Mais de 55 milhões de pessoas melhoraram seu padrão de vida, em especial as 24 milhões que deixaram a linha da pobreza. O acesso a bens e serviços foi muito ampliado. Em 2010, pode-se dizer, estamos fechando o primeiro ciclo de reconstrução democrática e prontos para encararmos a provocadora pergunta: o que queremos ser de agora em diante?

A resposta é difícil porque implica termos capacidade de incorporar positivamente às nossas tradições os grandes desafios que surgiram ou se delinearam melhor nessas duas décadas. Ou seja, não nos é dado repetir o passado nem sequer naquilo que sempre consideramos virtuoso, não porque não o seja, mas porque precisa ser visto com outros olhos, a partir de novos conhecimentos, com outras possibilidades de integração e realização.

No Brasil que temos, os avanços foram reais e são pontos de partida necessários para quaisquer propostas de futuro, para identificar o que falta fazer. Mas entendemos que há, principalmente, uma tarefa que a sociedade brasileira, assim como fez há mais de 20 anos, está também agora madura para assumir: dar o rumo para nova fase da história do país, a da opção por um modelo de desenvolvimento que confira à noção de progresso um sentido mais humano, mais justo e solidário com as pessoas e com o planeta, movido por critérios mais refinados do que o mero crescimento material que, na maioria das vezes, acaba por privilegiar poucos à custa de muito sofrimento e carências para a maioria.

Acreditamos que nossas próprias conquistas são prova de que é possível mudar. Provam, por outro lado, que com os mesmos meios e riquezas de que dispomos, mas, com outros propósitos, métodos, conceitos e conhecimento, é possível planejar uma transição estratégica para um desenvolvimento de nova geração. Essa é a tarefa imprescindível para posicionar o Brasil na realidade global marcada por crise ambiental, social e econômica de grandes proporções, poderosa o suficiente para colocar em xeque as práticas e posturas insustentáveis e predadoras que caracterizaram, até hoje, a idéia de progresso.

E para fazer frente a essa realidade, o Brasil precisa enfrentar seus problemas não com uma ruptura, mas com um claro redirecionamento de suas energias políticas e institucionais.

As políticas dominantes, na sua maioria, são reféns dos termos de um dinamismo econômico que em boa parte se autoanula, na medida em que não consegue transferir seus ganhos para a vida coletiva e, ao contrário, acaba sendo gerador de enormes transtornos para a população em geral. É o que acontece no caso da destruição de florestas e outros recursos naturais, do caos urbano, da falta de saneamento básico, da precária qualidade da educação, apesar do mérito da universalização do acesso ao ensino fundamental.

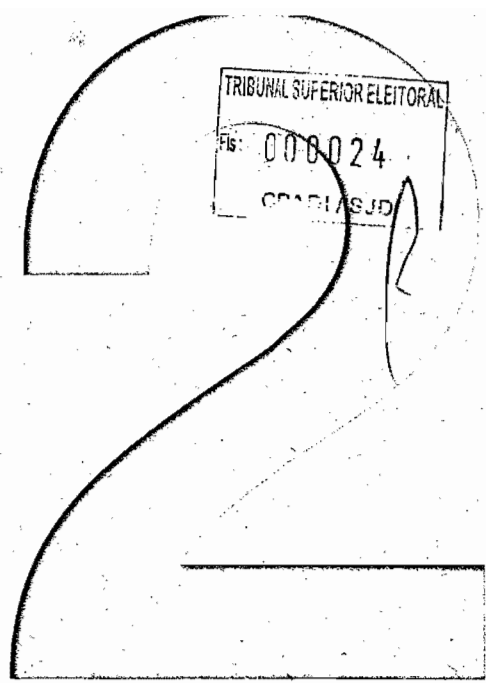
A qualidade da educação talvez seja o exemplo mais candente de nossas contradições. Apenas 60% dos estudantes completam a 8ª série, e, dos que chegam ao ensino médio, menos da metade completam o ciclo. Nas avaliações de qualidade de ensino comparando mais de 41 países o Brasil aparece em 37º em leitura e penúltimo em matemática e ciências. O que sem dúvida tem um papel, ao lado da complexidade tributária, na baixa competitividade do país, no panorama internacional. Apesar de ser a 8ª economia do mundo, somos apenas o 64º entre 133 países listados pelo Fórum Econômico Mundial, no quesito competitividade.

A falta de investimento estratégico em educação, inovação, infraestrutura e na conservação dos recursos naturais - que são base fundamental de nossa prosperidade - compromete o nosso desenvolvimento.

Tudo isso mostra que o processo em curso não é sustentável e não assegura um bom futuro para as próximas gerações. O momento da qualidade e da transição para um futuro sustentável é agora.

Os avanços recentes foram reais, mas insuficientes e geradores de significativos desequilíbrios

- **Desigualdade de oportunidades** – A diferença de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade brasileira persiste e é a mais danosa forma de discriminação psicossocial praticada nesta e em qualquer sociedade. Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2008, 44% das crianças brasileiras até 14 anos ainda vivem em condição de pobreza e 20% em pobreza extrema. O Brasil precisa evoluir para garantir a todos os seus cidadãos o igual direito de acesso às oportunidades e às condições básicas de educação, saúde, habitação, saneamento e segurança. Assegurada essa base comum, o cidadão terá liberdade para fazer suas escolhas e estabelecer sua trajetória pessoal na sociedade.
- **Estagnação da qualidade de ensino** – Menos de um quarto dos jovens chega ao ensino superior. Em matemática, por exemplo, o Brasil está na 54ª posição entre 57 países avaliados pelo Pisa (Program for International Student Assessment), programa internacional de avaliação da qualidade de ensino realizado pela OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).
- **Dilapidação do patrimônio natural** – Nos últimos 20 anos o Brasil perdeu mais de 55 milhões de hectares de florestas, uma área do tamanho do Estado da Bahia (quase 10% do total de florestas). A partir de 2005, o desmatamento diminuiu na Amazônia e na Mata Atlântica, mas aumentou no Cerrado e na Caatinga. Do mesmo modo, embora a proporção de energia renovável se mantenha como uma das mais altas do mundo, aumentaram as emissões na agropecuária, na geração de energia, nas indústrias e no tratamento de resíduos.
- **Ampliação do caos urbano** – Nas cidades, o tempo gasto no trânsito já chega a 2,6 horas por dia, e a distância percorrida cresce continuamente por aqueles que utilizam transporte público. As cidades brasileiras são planejadas para os automóveis particulares e não para as pessoas e os transportes coletivos. Os deslizamentos, enchentes e mortes resultantes das chuvas e da falta de planejamento urbano, além de outras catástrofes ambientais aumentaram, assim como a quantidade de resíduos gerados e a incidência de doenças relacionadas ao estresse e maus hábitos de vida.



Brasil que queremos



Queremos um Brasil justo e sustentável. E o passado recente, que nos trouxe até este momento extraordinário de amadurecimento, indica que é um desejo viável. A história que vivemos nas últimas décadas traz a informação essencial para irmos adiante na direção do sonho.

Queremos um Brasil com educação de qualidade e atendimento às necessidades de saúde de cada cidadão. Queremos um nível mais elevado de vida, com distribuição equitativa de renda e oportunidades de trabalho e de crescimento pessoal e coletivo. Queremos cidades saudáveis e seguras. Queremos o uso inteligente da natureza. Queremos indústrias limpas e eficientes, agricultura sustentável e investimento em conhecimento e tecnologia. Queremos um setor público livre de vícios e desvios que sugam a poupança de toda a sociedade. Queremos a valorização da diversidade e respeito aos direitos das minorias.

Duas condições são determinantes para alcançarmos esse sonho. A primeira: um grande esforço para fazer com que o sistema político cumpra o seu papel de mediador do debate nacional. É necessário criar um espaço de negociações legítimas, abertas, inclusivas, capazes de conduzir um processo de tomada de decisões livre do atraso histórico do patrimonialismo, do uso privado dos recursos públicos, dos acordos espúrios de bastidores. Essa não é tarefa de curto prazo, mas precisa ser iniciada a curtíssimo prazo, de forma determinada, intensa, vigorosa. O Brasil precisa sair de debaixo dos panos, emergir para a política sustentável sem a qual estaremos jogando fora nosso maior cacife, que é o entusiasmo, o engajamento e a generosidade da população, tantas vezes manifestados e tantas vezes transformados perversamente em desalento, pela incapacidade da política de estar à altura deles.

A segunda condição – sem a qual transformaremos nossos sonhos em fragmentos – é estarmos juntos. O Brasil precisa se livrar da couraça das pequenas disputas, dos projetos insanos e egoístas de poder que são uma verdadeira máquina de produzir falsas questões e travestir de interesse público competições que só dizem respeito àqueles que as usam como estratégia de derrotar adversários, mais do que confrontar projetos, na maioria das vezes inexistentes.

Estarmos juntos não é pensarmos da mesma forma. Estarmos juntos é aceitarmos conversar, em nome do Brasil, confrontar nossas diferenças e descobrir o que temos em comum, entendendo que nossos interesses particulares têm que necessariamente fazer sentido dentro de uma grande construção do interesse nacional. Estarmos juntos é superar a crença na hegemonia de grupos, na exclusividade, na tomada de assalto do poder público, ainda que supostamente por bons motivos, e trocá-la pela convivência na diversidade, pela capacidade de assim gerar mais conhecimento, mais densidade e permanência nas decisões, clareza de propósitos, acordos mais transparentes, aperfeiçoamento das instituições. Estarmos juntos é uma atitude fundada na ética, no reconhecimento da legitimidade de todos os cidadãos. Estarmos juntos pelo Brasil que queremos é fazermos a tentativa histórica de ingressar, de fato, no século 21, preparados para aceitar seus desafios.

E o que queremos é, principalmente, lutar por um Brasil que viva plenamente a democracia, que a alimente para além dos seus aspectos formais e se beneficie de toda sua riqueza potencial. Isso implica um ajuste imprescindível entre os sistemas de governabilidade e de governança. Que a governabilidade seja garantida não por meio de acordos que amesquinham e desvirtuam o papel do Estado, que colocam preço em apoios e os pagam à custa da eficiência e da lógica integrada das políticas públicas. Que esteja assentada sobre a legitimidade de uma forte cadeia de governança e controle social, que só a participação direta e sistemática da sociedade nas

decisões de caráter público pode dar. Para tanto, é preciso que essa participação não seja apenas cenográfica, mas real, capilarizada, expressa na ação do Estado em todos os seus níveis. A força da governança precisa impregnar a governabilidade e ajudar a reformar e modernizar o Estado, tanto do ponto de vista de seus instrumentos, quanto do mérito e qualidade das decisões e de sua implementação.

O Brasil tem que se mirar no exemplo de pequenas comunidades que, em todo o território nacional, têm descoberto as virtudes de fazer juntos, estimulando a participação – de crianças a idosos – em processos de resolução de problemas que se mostram eficientes e pedagógicos, deixando em todos a marca da cidadania e da crença na união, no diálogo, na criatividade coletiva e no respeito à capacidade própria e do outro em colaborar com seu conhecimento, sua cultura, seus saberes. É essa a democracia que queremos e podemos alcançar. A distância entre o que somos e o que podemos ser não é tão longa, se nos dispusermos a começar a caminhada.

Mais e melhor

- **Os brasileiros querem muito mais e, sobretudo, querem melhor** – Em pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), feita em 2009, cerca de 500 mil brasileiros tiveram a oportunidade de oferecer uma resposta e formular a sua visão diante de uma mesma pergunta: "O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?". A educação – seguida de violência e emprego – foi apontada como a principal aspiração/problema da nossa sociedade e os valores morais (como respeito, justiça e paz) e a formação do caráter das pessoas figuraram como os mais frequentes "temas transversais" das respostas. Estes resultados expressam o desejo de que o Brasil encurte rapidamente a injustificável distância entre o que efetivamente somos e o que podemos e desejamos ser.
- **Queremos um Brasil que viva plenamente a democracia** – Um país onde a liberdade de expressão e de imprensa seja um valor em si. Onde o direito de ir e vir seja garantido e seguro, nos centros ou na periferia. Onde a solidariedade seja um ato cotidiano entre todos, entre os vizinhos e os mais distantes.
- **O Brasil tem um enorme potencial para ser exemplo de prosperidade e sustentabilidade** – O país abriga parte significativa da biodiversidade e a maior quantidade de água doce do planeta, uma das três maiores superfícies agricultáveis, a maior insolação de superfície e o maior potencial de crescimento de biomassa do planeta. Tem um dos maiores potenciais mundiais das energias eólica e hidroelétrica, bem como uma rica variedade de formações naturais, cujo papel é fundamental no equilíbrio climático global. Precisamos construir o conhecimento que nos permitirá valorizar e conservar o nosso patrimônio ambiental. O grande desafio é agir imediatamente, definir prioridades, acelerar processos, unir forças, reunir recursos e demonstrar força de vontade e criatividade para fazê-lo.
- **O Brasil e o mundo demandam um novo padrão de crescimento econômico** – Seus resultados devem superar os atuais, ainda baseados em ideias de modernidade e industrialização dos séculos 19 e 20. Pensar em "crescimento", a qualquer custo, como se fez ao longo dos dois séculos anteriores, é tomar o planeta como recurso inesgotável. O novo caminho não está pronto e ninguém pode sozinho afirmar qual é. Ele é emergente e cocriado. Nasce simultaneamente em vários lugares em que homens e mulheres conscientes de suas responsabilidades colaboram entre si.



A

liança por um Brasil justo e sustentável



3.1. Diretrizes gerais

A sociedade civil e as forças econômicas do país avançaram de forma significativa após a democratização. O Estado brasileiro não acompanhou essa evolução. É necessário que se torne mais eficiente, que evite o desperdício e que mobilize as forças criativas e o empreendedorismo dos brasileiros. É necessário que crie o ambiente para que essa energia da sociedade se manifeste, assegurando um desempenho econômico e social que melhore a qualidade de vida de todos sem comprometer a valorização dos recursos naturais.

O país precisa de um estadista, não apenas de um gerente. Alguém capaz de agir corajosamente no presente tendo em vista as gerações futuras. Alguém que pense em políticas públicas de longo prazo para o curto prazo dos políticos, e não em políticas de curto prazo para alargar o curto prazo dos políticos.

O desenvolvimento sustentável é a oferta do melhor para todos, hoje e no futuro. No Brasil, a noção de avanço está associada à idéia do crescimento econômico sem limite, expressa no aumento do poder de consumo e na construção de obras, como estradas, escolas e hospitais que em que pese suas inegáveis importâncias é preciso reconhecer que as sociedades mais prósperas são e serão aquelas que escolherem investir nas pessoas e na valorização dos recursos naturais que dão sustentação à vida.

O Estado deve estar próximo do cidadão e pautado por uma agenda de interesse público, que exige um novo jeito de governar, que integre as políticas públicas e que estimule uma nova qualidade de liderança para superar a atual estrutura política, que privilegia o fisiologismo e a manutenção dos espaços feudalizados pelos partidos.

Por isso, diretrizes gerais e transversais deverão ser permanentemente observadas:

- A. Um jeito novo de fazer política
- B. Igualdade de oportunidades
- C. Sustentabilidade

3.2. Diretrizes programáticas

São estabelecidos os seguintes eixos que servirão de base e orientação para estabelecimento de compromissos e do programa de governo:

1. Política cidadã baseada em princípios e valores
2. Educação para a vida adequada às necessidades de nosso tempo
3. Economia sustentável
4. Terceira geração de programas sociais
5. Qualidade de vida e bem-estar dos brasileiros
6. Valorização da diversidade sociocultural e ambiental
7. Política externa para o século 21

A seguir são apresentados os temas e compromissos relacionados a cada diretriz programática que servirão de base para a proposta de programa de governo.

3.2.1. Política cidadã baseada em princípios e valores

Avanços significativos foram feitos no processo democrático no Brasil desde o fim do regime militar. Desde então houve regularidade de eleições diretas, de funcionamento do Poder Legislativo e de alternância de poder. No entanto, persistem características atávicas do

comportamento político de alguns grupos sociais. No processo decisório atual, o presidente eleito se isola junto a poucos líderes partidários e aliados políticos, no chamado "presidencialismo de coalizão", que deixa a sociedade distante, desinformada, sem voz, nem oportunidade de intervir no processo político.

Um sistema pouco transparente, que não valoriza o mérito, que se mantém desconectado do interesse público e que impede que o presidente eleito leve adiante o programa para o qual obteve o mandato. Desse processo derivam escândalos como o mensalão e aqueles vinculados à emenda da reeleição. É preciso uma nova prática no modo de fazer política.

a. Ação com base em valores e princípios:

- Austeridade e absoluta seriedade no uso dos recursos públicos; criatividade e ousadia para ir além do possível. O dinheiro público é sagrado;
- Equilíbrio e harmonia para convergir na diversidade;
- Visão de processo, firmeza e competência para garantir eficiência, eficácia e efetividade no atendimento ao interesse público;
- Responsabilidade, como valor principal da sustentabilidade;
- Expansão das liberdades democráticas, principal valor do desenvolvimento;
- Solidariedade, emancipação e autonomia, como valores centrais da democracia;
- Diálogo, como prática em todas as instâncias de reflexão, decisão e execução das ações voltadas ao bem comum.

b. Controle social da gestão pública – Promover o debate informado sobre as políticas públicas com a sociedade brasileira, criando, fortalecendo e ampliando o acesso aos mecanismos de controle social em todos os âmbitos do poder público.

c. Aprofundar a participação democrática – Fazer da participação e envolvimento da sociedade o pilar de sustentação do governo, inclusive para superar as pressões fisiológicas. Fortalecer os diversos espaços existentes de participação social (tanto no âmbito da sociedade como no da gestão pública), reconhecendo-os e integrando-os à formulação e avaliação de políticas públicas. Fazer do processo de participação uma oportunidade de desenvolvimento da consciência política e dos valores democráticos.

d. Transparência e livre acesso à informação – Mais do que abrir as informações sobre os gastos, é preciso dar transparência aos critérios para definição de prioridades de investimento e possibilitar à sociedade o acesso aos dados por meio de protocolos abertos.

e. Intolerância com a corrupção – Promover ampla, contínua e irrestrita ação de combate à corrupção e mau uso dos recursos públicos em todos os níveis da administração. Recursos públicos devem ser tratados como recursos sagrados.

f. Trabalhar com base em metas e indicadores – Todos os setores de atuação da administração devem se pautar por conjunto de metas e indicadores que orientarão e permitirão avaliar o alcance e resultado de suas ações.

g. Profissionalização na administração pública – Manter ações permanentes para que a administração disponha de gestores e analistas treinados e capacitados para planejar, implementar e monitorar políticas públicas. Reduzir drasticamente o número de cargos comissionados ocupados por quem não é servidor público.

h. Novo Pacto Federativo – Estabelecer em todos os níveis políticas públicas que assegurem a efetivação do pacto federativo esperado pelos pilares que sustentam a constituição federal, de forma que se promova o desenvolvimento dos estados nas regiões mais desfavorecidas e o municipalismo com responsabilidade, garantindo que os recursos disponíveis sejam compatíveis com as responsabilidades outorgadas e assumidas pelos entes federados e que estes por sua vez organizem suas demandas compatibilizando vocações culturais e naturais e efetivem sua autonomia para incrementar suas receitas com responsabilidade e participação social, seja por conselhos locais, seja pelo empreendedorismo socioambiental.

3.2.2. Educação para a vida adequada as necessidade de nosso tempo

Para estabelecer uma ponte entre o Brasil do presente e do futuro, é imprescindível um esforço emergencial para enfrentar a escassez crescente de trabalhadores qualificados em áreas estratégicas, caracterizando um verdadeiro apagão de capital humano. A superação dessa situação se dará pelo investimento intensivo em todos os níveis da educação formal, pela ampliação do acesso às tecnologias e pelo desenvolvimento de outros espaços de aprendizagem.

- a. Construção do Sistema Nacional de Educação** – Promover maior articulação entre União, Estados e municípios, para superar as disparidades na distribuição de recursos entre as regiões, e reconhecer as diversidades que devem ser respeitadas no processo pedagógico.
- b. Educação como prioridade política e orçamentária** – É preciso assegurar investimentos que aprimorem o ensino no país e a ampliação dos valores per capita anual investidos por aluno, adotando assim as referências sugeridas pelos estudos sobre o Custo Aluno-Qualidade.
- c. Cultura digital** – É preciso reorientar o conhecimento e os modos de organização da escola e as demais instâncias educadoras da sociedade, considerando-se como eixos centrais: as questões socioambientais, da diversidade cultural, o pensamento científico e as tecnologias digitais, que se tornam cada vez mais dinâmicas por meio das redes sociais.
- d. Atenção à primeira infância articulada com as áreas de educação, saúde e assistência social** – Apoiar a ampliação de instalações apropriadas, com condições básicas de higiene e profissionais qualificados, para que as mulheres possam trabalhar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão sendo cuidados em ambientes adequados e com a devida atenção. Desenvolver políticas alternativas, como creches públicas com co-gestão e supervisão comunitárias, com intuito de garantir qualidade, aliadas a programas de apoio à família com transferência de renda e capacitação relativa aos cuidados de saúde e ao desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças feito por agentes comunitários.
- e. Melhoria da qualidade da educação básica de modo a garantir as aprendizagens de todos os alunos na idade correta** – A valorização do professor passa pela formação e também pelo estabelecimento de planos de carreira e salários dignos. Garantir as aprendizagens dos alunos com ênfase em uma educação integral e inclusiva em que se considerem tanto as dimensões afetivas, físicas e cognitivas do desenvolvimento das crianças e adolescentes, como as aprendizagens, tempos, valores e atitudes nos diversos campos do conhecimento.
- f. Consolidação dos direitos coletivos e valorização da diversidade sociocultural e ambiental** – Promover o desenvolvimento de políticas intersetoriais centradas nos

territórios de forma a priorizar e apoiar de forma articulada os programas voltados às famílias e às escolas situadas em áreas de alta vulnerabilidade, combatendo as desigualdades regionais de forma a atender às demandas específicas de cada região.

g. Ensino Médio e profissionalizante – Definir parâmetros contemporâneos para o ensino médio que promovam o crescimento do número de matrículas e evite a evasão de alunos.

h. Infraestrutura para o capital humano – Ampliar o acesso a escolas, universidades, centros culturais e esportivos, telecentros, bibliotecas, museus que apresentem condições adequadas no que se refere aos prédios e equipamentos; considerando o acesso a banda larga como direito de todos à informação.

i. Ampliação do ensino superior e da produção de ciência – Garantir um acesso mais democrático ao ensino superior, em especial à sua modalidade pública e gratuita, é essencial, não apenas para garantir que direitos sociais sejam viabilizados, mas para que o país possa avançar na construção de conhecimento e de novas estratégias para lidar com os desafios do mundo contemporâneo, entre eles o mundo do trabalho.

3.2.3. Economia sustentável

O mundo assiste a um questionamento crescente de paradigmas estabelecidos na economia e também na cultura política. A crise ambiental no planeta, quando traduzida na mudança climática, é uma ameaça real ao pleno desenvolvimento das nossas potencialidades.

Por outro lado, partimos do pressuposto que o Brasil possui uma posição privilegiada para enfrentar os enormes desafios que se acumulam. Abriga parte significativa da biodiversidade e da água doce existentes no planeta, grande extensão de terras cultiváveis, diversidade étnico-cultural, criatividade e uma rica variedade de formações naturais cujo papel é fundamental na preservação das bases naturais do nosso desenvolvimento.

Uma economia sustentável exige políticas econômicas consistentes e previsíveis que possam suavizar variações bruscas nos agregados de produto e preços. Além disso, o desenvolvimento na economia sustentável tem que ser compatível com a absorção de novas tecnologias de baixo carbono e o aumento contínuo da qualidade de vida para todos.

Historicamente o Brasil enfrenta restrições relativas ao financiamento de seu desenvolvimento, que se expressa na dívida pública bruta, que ultrapassou 68% do PIB em 2009, e mais recentemente no aumento da carga tributária, que passou de 24% para 35% entre 1991 e 2009, entre outros desequilíbrios.

Nossa dívida é cara e financiada em prazos relativamente curtos. Essa situação reflete a escassez de poupança de longo prazo na economia, produzindo taxas de juros incompatíveis com o objetivo maior que é a progressiva capacitação dos cidadãos para vidas mais livres e dignas de serem vividas, que se expressa no conceito de desenvolvimento sustentável.

Esses objetivos só podem ser atingidos com medidas consistentes que permitam caminharmos em direção a uma economia que tem nos nossos ativos ambientais os fatores centrais do desenvolvimento:

a. Manter a estrutura de sustentação da política macroeconômica – Metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, administrando as políticas fiscal, monetária e cambial para garantir o equilíbrio interno e externo, requisitos de um desenvolvimento sustentável. Na ausência de uma coordenação adequada entre política

fiscal e monetária, a segunda fica sobrecarregada e os custos em termos de produto e emprego serão maiores no tempo. O regime de câmbio flutuante, por sua vez, precisa prever intervenções pontuais visando atenuar os excessos de volatilidade na taxa cambial decorrentes de excessos ou escassez momentâneas de liquidez.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
Fls: 000029

- b. Reduzir o nível de endividamento do setor público** – Embora cerca de 39% do PIB transite pelo nosso setor público (36% PIB de carga tributária mais 3% PIB do déficit nominal), a capacidade de investimento em capital fixo do Estado brasileiro não alcança 2% do PIB. Por isso, é fundamental conter o crescimento dos gastos públicos correntes à metade do crescimento do PIB (mantendo a possibilidade de política fiscal anticíclica nos momentos de retração econômica), estimular a poupança de longo prazo, substituir a sucessão de programas extraordinários de anistia fiscal (que se iniciou no âmbito federal com o Refis) por estratégias mais sólidas de recuperação de créditos tributários.
- c. Justiça tributária** – O nosso sistema tributário precisa ser reestruturado com firmeza e intensidade de propósito. O compromisso é promover uma reforma tributária que busque a simplificação e a transparência do sistema, o aumento da progressividade tributária através da redução da participação de impostos indiretos e dos impostos que incidem sobre a folha de pagamento na carga total, maior transparência para a sociedade e a redução da carga tributária, que só pode ser alcançada no médio prazo com a redução do crescimento dos gastos públicos.
- d. Reforma da Previdência** – A proposta tratará de três grupos relevantes: os jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho; os adultos do setor privado e do funcionalismo que estão na ativa e têm direitos adquiridos de aposentadoria pelas regras atuais; os idosos que já estão aposentados e precisam de regras claras de recomposição do valor do benefício. O desafio estratégico é transitar de um sistema de repartição deficitário no tempo para um regime de capitalização unificado para todos os trabalhadores, o que demandará uma forte estrutura de financiamento de longo-prazo. Para ter maior clareza da situação atual de financiamento da Previdência, será necessário separar os benefícios previdenciários da seguridade social.
- e. Infraestrutura para a economia sustentável** – A infraestrutura é base fundamental para sustentação do crescimento e desenvolvimento econômico. A forma como é planejada e constituída tem enorme impacto na distribuição geográfica do desenvolvimento, na qualidade de vida da população e nos impactos ambientais. Na transição para uma economia de baixo carbono o planejamento da infraestrutura deve ter foco em uma infraestrutura que seja eficiente e sustentável no uso dos recursos naturais.

Nos sistema de transporte a ênfase deve ser dada às ferrovias, às hidrovias e aos sistemas híbridos combinando biocombustíveis e eletricidade.

O sistema elétrico brasileiro necessita de um acréscimo anual, na sua capacidade instalada de geração, em torno de 3.300 MW médios. Esse acréscimo tem sido planejado quase que exclusivamente por meio de grandes hidroelétricas localizadas na Bacia Amazônica. Os projetos de geração baseados em energia eólica e cogeração têm sido marginais, enquanto os projetos de pequenas centrais hidroelétricas não são avaliados em seus impactos cumulativos, quando são implantados ao longo de um mesmo curso d'água ou micro bacia hidrográfica.

Deve-se dar início a uma diversificação nos projetos de geração, de forma que o país possa usar a complementaridade de diferentes fontes para a sustentabilidade da oferta de

energia renovável. Entre essas fontes merecem destaque a eletricidade cogenerada no processamento da cana-de-açúcar, a advinda dos projetos eólicos de grande altura (acima de 80 metros) e dos sítios off shore, além dos projetos hidroelétricos já em andamento, como as do rio Madeira. Os novos aproveitamentos hidroelétricos – principalmente da Bacia Amazônica - deverão ter sua avaliação ambiental estratégica e integrada amplamente divulgada e devidamente analisada a partir de suas audiências públicas.

Também as políticas de incentivo à redução da demanda de eletricidade deverão ter seu devido destaque. Além dos instrumentos de natureza financeira e tributária, deverá ser prioritária a adoção de novas tecnologias de gestão da malha de transmissão e distribuição – conhecidas como “smart grid” – de forma a favorecer a introdução das diferentes alternativas de geração distribuída.

O saneamento básico será priorizado e todas as alternativas de geração de energia a partir do tratamento do esgoto serão incentivadas. O tratamento de resíduos sólidos impulsionará novos negócios a partir da redução da geração, do reuso, do reaproveitamento, da reciclagem e da recuperação energética dos resíduos, como preconiza a lei sobre resíduos sólidos já aprovada pela Câmara dos Deputados.

Expansão e universalização da oportunidade de acesso a telefonia, internet e a TV digital de alta definição a todos os Brasileiros.

f. Preparação para os grandes eventos – a realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo, as Olimpíadas e a Convenção Internacional Rio + 20, deve ser encarada como uma importante oportunidade para projetar a imagem de um país que tem na sustentabilidade o eixo central de seu desenvolvimento para o mundo, ao mesmo tempo que deixará uma ampla gama de investimentos em infraestrutura urbana como legado para a melhoria de qualidade de vida dos brasileiros.

g. Inovação para produtos e serviços da nova economia – Nada poderá ser mais decisivo para a prosperidade sustentável da sociedade brasileira do que considerar o conhecimento como prioridade de suma importância. Seja no âmbito global, nacional, regional ou local, a participação de processos intensivos em conhecimento se torna cada vez mais determinante. Por isso, tende a ser crescente a sinergia entre centros produtores de conhecimento e a maioria das ações sociais que mais impulsionam tanto o desenvolvimento quanto a sustentabilidade ambiental global. É do conhecimento que depende cada vez mais a capacidade social de gerar e utilizar a inovação.

O investimento em inovação é crucial para dotar o Brasil de capacidade para aproveitar a vantagem competitiva que seu vasto território e suas amplas riquezas naturais lhe conferem. É preciso investir em conhecimento e em inovação como estratégias prioritárias para potencializar esse patrimônio natural e viabilizar a transição para uma economia mais sustentável, de baixa emissão de carbono. Para isso deve-se investir na inventividade, empreendedorismo e criatividade da sociedade brasileira.

h. Estímulo à geração de empregos verdes – São os empregos calcados em uma economia sustentável, proporcionando trabalho decente com baixo consumo e emissão de carbono. Os setores de maior potencial no Brasil são a construção civil, a indústria, a geração de energias limpas, seguras e renováveis, o transporte, a agropecuária e o uso sustentável dos diferentes biomas (particularmente das florestas). Eles precisam ser estimulados por meio de instrumentos fiscais, tributários e creditícios.

i. Gestão estratégica dos recursos naturais não renováveis – O Brasil tem uma das maiores reservas de recursos minerais, petróleo e gás no planeta. Porém, esses recursos são por natureza finitos e, portanto, devem ser geridos de forma estratégica para garantir o abastecimento ao mesmo tempo que prepara o futuro independente destes.

O acesso à exploração dos recursos minerais deve ser revisto para torná-lo mais transparente e competitivo devendo prevalecer os empreendimentos que consigam combinar os maiores valores de royalties com os melhores padrões de desempenho social e ambiental.

j. Gestão estratégica dos recursos naturais renováveis – Entre todos os países, o Brasil é o que possui a maior reserva e oferta de água doce, a maior diversidade de espécies animais e vegetais, a maior quantidade de biomassa e a segunda maior área florestal. Estes recursos juntamente com a diversidade social constituem provavelmente nossa maior riqueza. A gestão estratégica destes recursos deve estar na base de todo processo de desenvolvimento econômico do país.

O Zoneamento Ecológico Econômico, os Planos Estratégicos de Gestão de Bacias Hidrográficas e os Mapas de Áreas Prioritárias para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade devem ser referências fundamentais para compor os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Biomas Brasileiros e o planejamento das políticas públicas setoriais.

O uso sustentável da água, da biodiversidade e da floresta deve ser estimulado e fomentado bem como deve ser estabelecido um amplo programa de pagamento pelos serviços ambientais (ex. conservação de água, biodiversidade e florestas).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação deve ser complementado e fortalecido de forma a atingir as metas de conservação em todos os biomas brasileiros e se tornar um sistema gerador de riqueza e conhecimento pela expansão da visitação e promoção da pesquisa nas unidades.

A gestão compartilhada das águas deve ser fortalecida de acordo com Política Nacional de Recursos Hídricos.

k. Agronegócio sustentável – O agronegócio brasileiro deve ter sua orientação estratégica direcionada ao aumento de produção pelo ganho de produtividade (expresso em geração de riqueza por hectares de solo ocupado, por litro de água consumido e por tonelada de gases de efeito estufa emitida), aliada à conservação e restauração dos recursos naturais, incluindo o desmatamento zero em todos os biomas e a redução do uso de agroquímicos e uma transição para o modelo da agroecologia. Essa estratégia permitirá intensificar o uso das áreas já ocupadas pela agropecuária, freando a expansão da fronteira agrícola, principalmente na Amazônia e no Cerrado.

Todos os instrumentos de políticas públicas devem ser direcionados à desejável conciliação entre produtividade, conservação e geração de renda de milhões de agricultores brasileiros.

l. Fortalecimento da agricultura familiar – A agricultura familiar deve ter a garantia de acesso à tecnologia e à terra, por meio de políticas ativas que viabilizem a reforma agrária. O Estado deve investir no acesso pleno dos agricultores familiares aos serviços públicos, em especial de saúde, educação e habitação de qualidade, além da inserção digital e acesso à informação, facilitando sua permanência no campo e a de seus filhos que assim o desejarem. Criar estruturas de comercialização de produtos da agricultura familiar com o

mínimo de intermediação, permitindo uma melhor remuneração do produtor e o acesso a uma alimentação saudável por parte dos consumidores.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar deve ser mantido e converter-se num exemplo das políticas públicas de terceira geração, por meio de um conjunto de agentes de desenvolvimento voltados a elaborar projetos capazes de gerar renda, garantir os serviços ecossistêmicos e evitar a inadimplência dos agricultores.

m. Internet para todos – O acesso à internet ainda é pequeno em proporção à população total (35% com acesso) e à quantidade de domicílios (21% com acesso). Urge estender a rede de velocidade rápida, além de 1 Mbps, seja via linha telefônica fixa, celular, cabo de fibra ótica, eletricidade ou outra forma de acesso sem fio.

O Programa Internet para Todos facilitará o acesso da maioria dos 53 milhões de domicílios brasileiros aos computadores e dispositivos celulares para conexão à internet por meio do incentivo de crédito de longo prazo bem como da desoneração fiscal dos mesmos em relação a impostos como Fust, PIS, Cofins e IPI, que correspondem a 42% das tarifas das telecomunicações.

3.2.4. Terceira geração de programas sociais

O país deu grande salto nas políticas sociais nos últimos anos superando os métodos assistencialistas de socorro aos mais pobres (simbolizado pelo programa de Cestas Básicas). Houve evolução para a segunda geração de programas sociais, com formas menos paternalistas de superação da pobreza extrema com a distribuição de renda direta às famílias com contrapartidas dos beneficiários, como o Bolsa Família.

É preciso agora avançar para a terceira geração de programas sociais que amplie os esforços atuais de forma proativa, integrada e adequada a diferentes condições de carência. O objetivo é superar a pobreza por meio da garantia do acesso e da oferta de oportunidades a indivíduos e famílias para a sua inclusão produtiva na sociedade.

a. Consolidar e ampliar as boas práticas associadas a políticas e programas sociais –

Institucionalizar programas que alcançaram bons resultados, tais como o Bolsa Família, partindo da identificação feita por esse programa das 15 milhões de famílias mais pobres do país, reunidas no Cadastro Único para Programas Sociais, e definindo esse grupo social como usuário principal de iniciativas complementares e associadas, voltadas para a erradicação da pobreza no Brasil.

b. Ampliar e integrar programas sociais dirigidos para a erradicação da pobreza –

Dar maior eficácia, eficiência e efetividade às políticas e programas sociais hoje disponíveis em vários níveis de governo (federal, estadual e municipal) consolidando-os, integrando-os e orientando-os prioritariamente para o atendimento das famílias mais pobres do país, enfatizando de modo específico o atendimento das principais necessidades, bem como a realização de suas melhores habilidades.

c. Esforço individual e familiar como estratégia de superação da pobreza –

Transformar os beneficiários dos programas sociais em parceiros dotados de protagonismo na escolha das oportunidades que lhes são oferecidas, assim como tornar-lhes cientes de que a superação da situação em que se encontram dependerá principalmente da sua capacidade de aproveitar plenamente tais oportunidades.

d. Diferenciação entre produção e oferta de programas sociais e definição dos usuários dessas oportunidades – É preciso separar produção e gestão de programas e serviços sociais da oferta e seleção dos seus usuários. Uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar será responsável por levar os programas sociais às famílias mais pobres e dar apoio a suas escolhas. Além disso, apresentarão aos produtores e gestores desses serviços os seus usuários preferenciais, garantindo aos beneficiários a possibilidade de inscrição nesses programas.

e. Garantir a disponibilidade, integração e complementação de políticas sociais orientadas para previdência, assistência social e saúde, educação, cultura e trabalho, habitação, urbanismo e saneamento – Assegurar a integração orçamentária e a transversalidade das políticas desses setores por meio de ações matriciais e territoriais.

f. Priorizar a aquisição de conhecimento – Garantir que programas educacionais e de formação básica e profissional façam parte e adquiram prioridade numa estratégia nacional de erradicação da pobreza.

g. Estimular o empreendedorismo como estratégia de superação da pobreza – Assegurar que os indivíduos e famílias atendidas pelos programas sociais integrados se sintam instadas a buscar melhores condições fora do ambiente de atendimento desses programas, principalmente tomando consciência de suas potencialidades e desenvolvendo capacidades que as permitam garantir sua sobrevivência.

h. Buscar e estimular parcerias público-privadas – avançar além do Estado unicamente provedor para o Estado mobilizador e atrair o setor empresarial e as organizações não-governamentais para participarem do esforço de erradicação da pobreza no Brasil por meio da associação à execução de políticas e programas sociais integrados, assumindo o lugar de agente econômico principal, capaz de recrutar, treinar e empregar indivíduos e – eventualmente – famílias em atividades produtivas que façam parte de cadeias de valor que envolvam o fornecimento de bens e serviços descentralizados necessários aos seus processos produtivos.

i. Constituir uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar (ADF) – Integrar o funcionamento de diferentes sistemas de oferta de programas sociais hoje existentes que operam em nível federal, estadual e municipal em numa única rede voltada para o atendimento prioritário das famílias mais pobres do país, constantes do Cadastro Único para os Programas Sociais. Aos agentes dessa Rede caberá atualizar o Cadastro Único, fornecer informações sobre deficiências, oportunidades e efetividade dos programas sociais, estabelecer com a família o Plano de Desenvolvimento Familiar, demandar junto aos produtores de programas e serviços a participação das famílias e acompanhar e estimular a evolução da família no alcance das metas por elas definidas.

j. Plano de Desenvolvimento Familiar – Avaliar as necessidades de cada família, priorizar acesso aos programas sociais e serviços públicos e estabelecer metas a serem por elas alcançadas.

3.2.5. Qualidade de vida e bem-estar dos brasileiros

As cidades são a moradia de grande parte da população brasileira. Das megacidades aos pequenos e emergentes aglomerados urbanos, realidades opostas convivem lado a lado: riqueza e pobreza, inclusão e exclusão, participação e marginalidade. Cidades sustentáveis e

democráticas são um dos grandes desafios do século 21, onde a garantia de mobilidade e direito à cidade para todos os seus habitantes, a valorização da diversidade sociocultural e a busca de padrões sustentáveis para uso dos recursos naturais devem ser valores centrais.

A questão urbana deve ser encarada como estratégica para o Brasil no curto, médio e longo prazo, com o objetivo de superar déficits de saneamento e habitação, aumentar a eficiência na gestão das cidades por meio de mecanismos para garantir recursos para os municípios financiarem o seu desenvolvimento urbano, onde o governo federal tem importante papel de induzir políticas e ações que integrem e articulem a promoção do desenvolvimento humano e qualidade de vida de seus habitantes.

- a. Bem-estar humano como valor central** – Incorporar condições dignas de moradia, alimentação saudável e em quantidade suficiente, vida saudável, prevenção de doenças e redução da violência como valores centrais das políticas governamentais na área da saúde, saneamento, gestão urbana e desenvolvimento regional.
- b. Reconhecer e valorizar os diferentes modos de vida existentes no território** – Qualificar os espaços urbanos e rurais e as diferentes tipologias de cidades, particularidades e formas de ocupação existentes no nosso território. Estabelecer como objetivo estratégico para uma ocupação ordenada do espaço urbano nacional o estímulo à formação de sistemas integrados de cidades, nas escalas nacional, regional e municipal, estimulando a distribuição tanto da população quanto das atividades econômicas.
- c. Ambiente saudável e bem-estar humano como valores centrais para a saúde dos brasileiros** – Para aprimorar a capacidade de gestão e planejamento do setor, é necessário: garantir o financiamento estável para o SUS; universalizar o acesso dos usuários do SUS ao Programa de Saúde da Família, com objetivo de aprimorar a atenção básica; ampliar a capacidade de prevenção e promoção da saúde; diminuir desigualdades de acesso e de infra-estrutura regional; valorizar o profissional de saúde; incluindo investimento em formação continuada e atração para diferentes áreas do país; garantir o uso racional da tecnologia da saúde e estabelecer parâmetros e indicadores que possibilitem o aprimoramento das políticas em saúde e qualidade de vida da população.
- d. Saneamento básico integrado ao direito à moradia digna e qualidade de vida** – Articular o acesso ao saneamento básico às ações de superação do déficit habitacional e de promoção da saúde. Manter investimentos constantes, progressivos e melhor distribuídos no território nacional visando aumentar o ritmo de superação do déficit de acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos (atualmente metade da população não tem acesso a redes de coleta de esgotos, e mais de 80% do esgoto gerado no país é lançado nos corpos d'água sem nenhum tratamento, inclusive mananciais de abastecimento).
- e. Água de boa qualidade e para todos** – Criar política de acesso à água potável e proteção aos mananciais de abastecimento de água, incorporando a saúde humana, a qualidade da água e uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água para abastecimento.
- f. Resíduos Sólidos**. Apoiar fortemente a aprovação da política nacional de resíduos sólidos no Congresso e priorizar a sua regulamentação. Criar diretrizes e incentivos para implantação de programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem, visando o desenvolvimento de sua cadeia de produção com a inclusão dos catadores e cooperativas. Fomentar ações e programas para aprimorar e ampliar o tratamento, disposição e reutilização de resíduos industriais e inertes, em especial os resultantes da construção civil.

g. Habitação como política de Estado – Evoluir de uma política setorial de direito à moradia para uma política de direito à cidade (“construir bairros e cidades, e não apenas casas”), aliada à inclusão social com desenvolvimento econômico e inovação (tecnológica, de gestão e de governança das cidades). Implementar uma política nacional de regularização urbanística e fundiária e urbanização de favelas e outras formas de ocupações.

h. Mobilidade urbana saudável – Reordenar e direcionar os investimentos e subsídios em transportes de forma a orientar e estruturar o crescimento e mobilidade nas cidades, visando sistemas adequados aos diferentes tamanhos e tipologias de cidades existentes no território. Criar incentivos e inserir nos critérios de financiamento o estabelecimento de instituições reguladoras de transportes coletivos em regiões metropolitanas e aglomerados urbanos (integrar modais, otimizar frotas e itinerários, reduzir tempo de viagens, entre outros). Incorporar a bicicleta como meio transporte e criar condições para seu uso seguro (ciclofaixas, ciclovias, ligações intermodais).

i. Reestruturação da Segurança Pública – Garantir o pleno exercício dos direitos e liberdades constitucionais por meio da implantação de uma Nova Estrutura Institucional da Segurança Pública, combinando a mudança do modelo policial com o investimento em políticas inter-setoriais preventivas, para que se constitua um sistema integrado, pautado na equidade do acesso à Justiça, valorização dos profissionais que atuam no sistema com carreira unificada e salários dignos, correspondentes à importância e aos riscos de sua função, colaboração entre esferas de governo (União, Estados e Municípios) e na interação participativa com a sociedade.

Discutir com a sociedade a política de drogas e investir no esclarecimento, na prevenção e no tratamento dos dependentes. Focalizar a problemática das armas e do crime organizado (envolvendo as polícias, como as milícias) como alvos centrais de recursos, ações, esforços concertados em todos os níveis e por todas as instituições pertinentes.

j. Enfrentamento de mudanças climáticas e desastres naturais – Implantar um Sistema Nacional de Alerta de Desastres; regulamentar a Lei de Mudanças Climáticas; criar a Agência Nacional de Clima; reestruturar e fortalecer o Sistema Nacional de Defesa Civil com a criação da carreira de agente da Defesa Civil; reativar o Fundo Nacional de Defesa Civil; apoiar a criação de Conselhos de Defesa Civil.

k. Defesa Nacional – A modernização das Forças Armadas e a incorporação da missão de proteção do meio ambiente, particularmente dos grandes ecossistemas brasileiros, serão objetivos prioritários da política de defesa nacional, bem como a adequação dos seus efetivos às necessidades constitucionais, o aprimoramento da capacidade operacional das nossas Forças Armadas, a elevação do seu nível tecnológico, foco na preservação e defesa dos recursos marítimos e do potencial hídrico da Amazônia, e em geral ao controle efetivo sobre as fronteiras.

3.2.6. Valorização da diversidade sociocultural e ambiental

Diversidade é um valor superior para a vida. Promovê-la na centralidade das políticas públicas é investir no aprofundamento da democracia e na sustentabilidade do Brasil, assim como na originalidade da nossa contribuição para o equilíbrio da vida no planeta. O Brasil é chamado de megadiverso por sua biodiversidade e sua diversidade de ecossistemas, mas o deveria ser graças à sua sociodiversidade.

Somos um povo formado por muitos povos, muitas culturas. Além dos 233 povos indígenas e dos quilombolas, com direitos reconhecidos na Constituição, estima-se em mais de 8 milhões o

número de brasileiros que se reconhecem como povos e comunidades tradicionais. A eles se somam dezenas de culturas e identidades vindas com os imigrantes europeus, africanos, asiáticos e de todas as Américas.

Mas nossa diversidade não para por aí. Não podemos nos reivindicar uma sociedade plural se não assumirmos de forma integral o direito à diversidade de orientações sexuais, se não considerarmos as pessoas com deficiência e se não tivermos políticas que abracem a diversidade de direitos e necessidades da juventude e da terceira idade.

Para um Brasil justo e democrático, temos de levar em conta a existência de muitos povos, culturas, comportamentos e necessidades, cada qual com sua própria realidade e situação. Isso exige do Estado, para além da universalização do acesso às políticas públicas, a criação de estruturas adaptadas ao respeito às diferenças.

- a. Implementar a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais** – Reconhecer e respeitar seus direitos, conhecimentos, inovações, práticas, tradições e suas formas próprias de organização social. Garantir seus territórios e seu direito ao acesso e uso dos recursos naturais que formam a base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Identificar e implementar formas adequadas às suas culturas para garantir seu acesso às políticas e aos recursos públicos. Criar e por em prática formas adequadas para o fomento a suas atividades econômicas. Apoiar os processos de gestão ambiental de seus territórios.
- b. Ampliar e intensificar a promoção de produtos da sociobiodiversidade** – É uma política transversal que associa o apoio à organização social e gerencial dos produtores, o uso sustentável da biodiversidade brasileira tanto na alimentação quanto para outras finalidades e a agregação de valor por meio de atuação intersetorial. Esses produtos devem ser colocados no centro de uma visão estratégica de país. Além de permitir o uso sustentável de nossos ecossistemas e a inserção destas populações no geral marginalizadas, essa visão nos confere vantagens competitivas e de possibilidade de inovação únicas. Investimento em ciência e tecnologia, ampliação da garantia de preços mínimos a mais produtos da sociobiodiversidade, apoio à gestão dos territórios de povos e comunidades tradicionais e agregação de valor in loco devem ser prioridade.
- c. Reconhecer e valorizar as diversas formas de manifestação cultural** – Apoiar decididamente a aprovação do Plano Nacional de Cultura, em tramitação no Congresso Nacional, e sua implementação. A extraordinária riqueza cultural do Brasil deve ser promovida, ampliada e resgatada como patrimônio nacional. O poder público não pode estar ausente do apoio à produção cultural e artística, mas também não pode ser um canal hegemônico. Deve apoiar e subsidiar as atividades culturais e artísticas de reconhecido interesse público e comunitário e de coesão que tenham dificuldade de se viabilizar através dos mecanismos de mercado. E, paralelamente, estabelecer uma política de estímulo à cadeia produtiva da cultura como dimensão da economia nacional. Ademais, o poder público deve zelar para que as iniciativas culturais e artísticas que apóie sejam elementos de afirmação dos valores nacionais - democracia, tolerância, paz e preservação do meio ambiente. O poder público deve estimular a democratização dos meios de comunicação social, particularmente da mídia eletrônica e as novas tecnologias de informação que propiciem uma democracia mais participativa.

d. Garantir os processos de demarcação e homologação das terras indígenas e as possibilidades de desenvolvimento com autonomia dos povos indígenas – Várias áreas indígenas ainda não tiveram seu processo de reconhecimento iniciado ou concluído, o que deve ser feito no mais breve tempo possível, com sua participação. Identificar e implementar formas adequadas às suas culturas para o acesso às políticas e aos recursos públicos. Criar estrutura adequada para sua participação na tomada de decisão nas políticas que lhes dizem respeito, e que tenha por função articular e normatizar estas políticas. Apoiar os processos de gestão ambiental de seus territórios.

e. Intensificar os processos de reconhecimento dos quilombos e o apoio à gestão de seus territórios – Manter e aperfeiçoar o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, e os processos de reconhecimento dos territórios quilombolas, nas áreas rurais e nas cidades. Identificar e implementar formas adequadas às suas culturas para o acesso às políticas e aos recursos públicos.

f. Lutar contra todas as formas de discriminação: étnica, racial, religiosa, homofobia, sexismo ou outra – Garantir a cada grupo espaço próprio de participação política e de respeito e atenção às suas demandas específicas, ou seja, uma porta de entrada para suas reivindicações, clara e bem identificada, no governo federal. Os Conselhos de Políticas para as Mulheres e da Juventude, as Conferências de Direitos Humanos e de LGBT são exemplos de instrumentos na luta contra a discriminação e na melhoria da elaboração de políticas para públicos específicos. Políticas de igualdade racial, inclusive a manutenção das cotas para negros, serão reforçadas, como parte de um processo de restauração de equilíbrio aos desequilíbrios históricos contra as minorias.

g. Juventude e Terceira Idade – É necessário realizar um pacto geracional que fomente oportunidades sustentáveis de vida; gerar emprego e renda com novas tecnologias socioambientais; promover e fomentar trocas de experiências, intercâmbios, livres expressões e manifestações culturais, espaços permanentes, redes sociais, organizações juvenis e movimentos sociais.

h. Garantir a transversalidade da questão ambiental – Integrar a questão ambiental ao planejamento das políticas e projetos governamentais.

3.2.7. Política externa para o século 21: o reconhecimento da interdependência e a busca do interesse nacional aliado aos objetivos comuns da humanidade

A política externa brasileira deverá ser pautada por princípios fundamentais, como a manutenção e a promoção da paz, que devem ser defendidos e respeitados nas relações internacionais. Ao dirigir a sua política externa com base em princípios sólidos, e não em conveniências imediatas, o Brasil deve passar a ser visto como uma nação coerente, que abraça as causas corretas, lidera pelo exemplo e assim fortalece seu poder de persuasão e a sua influência no cenário internacional.

a. Cooperação e solidariedade – A globalização aumentou a interdependência dos povos e, com isso, a necessidade de encontrar soluções globais para os problemas que são também globais. Assistiu-se a uma "globalização do Direito", por meio da proliferação de Tratados e Organizações Internacionais. A relação entre Estados deve ser regida pela cooperação e pelo respeito às regras e instituições criadas em conjunto pelas nações.

Nesse contexto, o Brasil, como oitava economia do mundo que caminha rapidamente para integrar o conjunto de países com alto índice de desenvolvimento, deve basear as suas ações na solidariedade com os menos desenvolvidos, apoiando-os especialmente no alcance das Metas do Milênio.

b. Legitimidade e democracia – Apesar dos avanços nas regras internacionais, a governança global é falha. E grande parte dos problemas enfrentados hoje no sistema internacional tem origem na falta de legitimidade de suas instituições. É preciso que o Brasil, muitas vezes prejudicado por essas “regras do jogo” desiguais, seja um veemente defensor da legitimidade nas instituições internacionais.

Há inúmeros exemplos de distorções que precisam ser corrigidas: pesos desequilibrados dos poderes de voto (como no caso do FMI), existência de poderes de veto (como no Conselho de Segurança da ONU) e desigualdade de obrigações (como ocorre com o Tratado de Não Proliferação Nuclear). Essas instituições, ao serem vistas como pouco legítimas, são pouco respeitadas. Para aumentar a sua efetividade, portanto, é preciso aprimorá-las e democratizá-las.

c. Sustentabilidade – Se a interdependência nos leva a ter que investir na cooperação internacional, nenhum tema é tão “globalizado” quanto a sustentabilidade. O Brasil deve liderar o esforço internacional de implementação das convenções derivadas da Rio-92, em especial o combate às mudanças climáticas pelo risco que representam tanto para o país como para a imensa maioria dos países mais pobres do planeta.

Devemos dar o exemplo, incentivando internamente e entre nossos parceiros a economia de baixo carbono, aproveitando as vantagens comparativas do país, transformando-as em vantagens competitivas. Essa é uma oportunidade inédita de o Brasil sair na frente e se posicionar de forma privilegiada no cenário mundial, dando um passo fundamental na direção de garantir a prosperidade de nossas gerações futuras.

d. Paz e direitos humanos – O Brasil não pode, em nenhuma hipótese, abrir mão da defesa da paz, princípio básico de nossa política externa, como mostra nossa Constituição e nossa tradição. Devemos continuar sendo exemplo do convívio pacífico de diferentes etnias e religiões, procurando refletir e propagar essa experiência em nossas relações internacionais.

Além disso, o Brasil deve ter uma posição firme na defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, deve adotar, considerando sempre o princípio da não ingerência, uma postura crítica com relação a países que violem esses direitos e, ao contrário do que tem acontecido, o país não deve relativizar estes princípios em suas relações de Estado.

e. Livre comércio – O comércio internacional é, comprovadamente, uma fonte de riqueza para as nações. O Brasil deve ter um papel ativo na eliminação das barreiras e distorções que prejudicam o livre comércio. Para isso, deve se valer dos instrumentos que a globalização jurídica lhe oferece, seja no âmbito internacional (OMC), seja no âmbito regional (Mercosul). O livre comércio, entretanto, não pode ser apoiado quando ele estimula métodos produtivos baseados na degradação ambiental ou avessos ao que a Organização Internacional do Trabalho chama de trabalho decente.

Embora a solução negociada deva ser sempre priorizada, deverão ser utilizados todos os mecanismos legais que permitem ao Estado brasileiro a sua defesa em situações de conflito.

C ompromissos com relação ao processo da campanha



4. Compromissos com relação ao processo da campanha

A eleição para presidente da República é um dos momentos mais importantes da democracia brasileira e deve ser pautado pelo debate sobre o Brasil e seu futuro. A campanha de Marina Silva assume os seguintes compromissos para processo eleitoral:

000035
CPADI/SJD

- **Debate de propostas** – Pautar o período de campanha pelo debate de idéias e propostas sobre o Brasil evitando factóides, embates vazios e consensos ociosos.
- **Transparência na arrecadação e aplicação de doações de campanha** – Tanto o processo de arrecadação como de utilização de recursos serão publicados na Internet durante a campanha, observadas rigorosamente as determinações do Tribunal Superior Eleitoral sobre a matéria.
- **Neutralização das emissões de carbono da campanha** – As emissões derivadas de todo período de campanha serão contabilizadas e publicadas na Internet. Sua neutralização ocorrerá com ações relativas a reflorestamento nos Biomas brasileiros.
- **Comparacer a todos os debates possíveis** – Envidar todos os esforços para participar de todos os fóruns de debates entre os candidatos à Presidência da República.
- **Não praticar qualquer tipo de ataques pessoais** – Nenhum ataque ou ofensa pessoal será dirigida a qualquer candidato, bem como qualquer forma de obtenção de informação que violem os marcos do estado democrático de direito.